

## OS SERTÕES DO SUDOESTE BRASILEIRO E O TEMPO

Dora Shellard Corrêa  
XVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH – Universidade Estadual  
de Londrina – Julho/ 2005  
Simpósio: História ambiental: balanço e perspectivas.

A partir da década de 1990, tem-se assistido a uma instigante discussão sobre a categoria sertão<sup>1</sup>. Uma parte dela chegou a ser apresentada em simpósios da ANPUH. Reconhece-se que o termo sertão provém de Portugal. No Brasil trata-se, desde o período colonial, de uma representação associada ao espaço que vai além do lugar geográfico e da paisagem, remete a uma forma de organização social, econômica, cultural - a uma modo de vida. Definido como uma categoria do pensamento coletivo, constatou-se que no início do século XX, sua referência estava diretamente ligada à formulação de um projeto de nação. Pronuncia-se no singular – sertão - como no plural – sertões - remetendo-nos tanto a matas, campos, territórios dominados por índios, assim como, a terras ocupadas por lavradores com fracas ligações com o mercado. Na sua maioria esses historiadores que têm se debruçado sobre o tema preocupam-se em investigar o seu caráter simbólico.

O sertão paulista dos séculos XVI ao XX é uma representação relacionada a um espaço que é penetrado por bandeirantes, sertanistas, soldados, viajantes e cientistas e por eles retratado, assim como é somente imaginado, sonhado e referido por poetas, escritores, intelectuais que jamais o adentraram. Os intelectuais paulistas do início do século XX, sobre os quais em geral os historiadores contemporâneos se debruçam, que transformaram essa categoria num dos pilares da idéia de Brasil e de brasileiro, ignoraram as descrições elaboradas pelos testemunhos históricos que internaram-se nesse território, embora afirmassem estar recuperando o processo de “devassamento” dos sertões paulistas. Assim é importante acentuar que há documentos descrevendo o

sertão como um espaço real concreto. A desconsideração desses relatos possibilitou a sua conversão numa representação ideológica<sup>ii</sup>.

Também recentemente, presenciamos a publicação de estudos que têm como objeto a fronteira<sup>iii</sup>. Chiara Evangelista que investiga os confrontos étnicos e interétnicos na frente de expansão, afirma que “fronteira é o lugar geográfico, social, político e ideal”<sup>iv</sup>. Sua atenção está direcionada para a análise de aspectos concretos dos confrontos na fronteira. Essas pesquisas se sobrepõem aos estudos sobre o sertão, na medida em que enfocam representações vinculadas ao espaço. Contudo, enquanto que os historiadores que analisam a categoria sertão estão atentos fundamentalmente ao seu caráter abstrato, aqueles que problematizam a fronteira, em parte, buscam dados do real concreto.

Sertão e fronteira são categorias utilizadas para expressar fenômenos ligados à ocupação da terra, à transformação da natureza, da paisagem e da sociedade. Como objetos de pesquisa eles se sobrepõem particularmente quando se reportam a fenômenos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Porém, um não pode ser reduzido ao outro. Contudo, como já foi apontado, são representações. Sua força vem de conterem fragmentos do real concreto. Os estudos sobre situações de fronteira apresentam uma alternativa metodológica para avançarmos além do simbólico nos estudos sobre o sertão.

Nesta comunicação refletiremos sobre essa noção e apresentaremos descrições de soldados, sertanistas e cientistas que adentraram a província de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, mostrando que a análise desses documentos nos possibilita constatar dissimulações feitas pela historiografia do início do século XX e que ainda não foram devidamente criticadas. Nós presenciamos ainda hoje posturas sendo tomadas quanto a ocupação, posse e uso da terra apoiadas em pressupostos originados dessa visão deformada sobre a formação do Brasil. Particularmente, nos referimos a aqueles que concebem que ainda existe uma natureza intocada<sup>v</sup>.

É pertinente refletirmos sobre o sertão paulista e como trabalhar com essa documentação histórica nesse contexto de crescimento do interesse pela história ambiental. O avanço da colonização no período colonial seu impacto sobre o meio ambiente já tem recebido a atenção de alguns intelectuais. A obra mais conhecida é A ferro e fogo de Warren Dean. Há muito a ser feito ainda.

Boa parte dos estudos recentes sobre o sertão apresentam uma crítica à historiografia do início do século XX, que transformou o sertão numa representação ideológica, fixando um lugar central para essa categoria na formulação de uma imagem sobre a formação do Brasil nação. Um discurso apropriado pela intelectualidade paulista no seu afã pela hegemonia política e ideológica do país. Entretanto, esse é dos discursos elaborados sobre o sertão. E como os outros, ele revela assim como oculta realidades ligadas ao processo de avanço da colonização portuguesa.

Os intelectuais paulistas do início do século XX nos falaram através do sertão sobre a formação do Brasil, informaram que a sua referência disparava a imaginação. Ocultaram, contudo, o mundo indígena, mas não os índios. Eles o naturalizaram, assim como os seus embates. Esboçaram-nos como destituídos de cultura, de uma organização social política e econômica. Associaram-nos aos animais, às doenças e aos acidentes geográficos como barreiras ao avanço da colonização. O conflito étnico foi transfigurado em luta contra a natureza.

Enxergaram nesse espaço que denominavam sertão somente natureza. Não seria errôneo considerar essa postura como uma revitalização da concepção dos cronistas dos primeiros séculos da colonização de se tratar de uma paisagem edênica. Ao negarem as interferências indígenas na natureza, a existência de uma paisagem conformada pelo cotidiano dessas sociedades, afirmando ser o sertão um deserto, os bandeirologistas qualificaram a sua invasão e apropriação pela sociedade colonial, mesmo que às custas de atos bárbaros contra os índios.

A questão é que a construção que estabeleceram sobre o sertão foi e ainda é convincente, pois parte de alguns elementos concretos. Entretanto, como outros dados são omitidos, o resultado é um cenário deformado. A análise da documentação sobre as entradas nos sertões paulistas evidencia esses ocultamentos.

As fontes básicas que expõem os sertões paulistas dos séculos XVI a XIX - documentos oficiais e relatos de viajantes e sertanistas – passam num primeiro momento a sensação de uma natureza virgem. Entretanto, em razão desses protagonistas do avanço sobre os sertões enfrentarem problemas concretos relacionados à sua sobrevivência física, revelaram uma paisagem repleta de sinais de existência social e cultural diferente da européia; marcos visualizados pelos poucos familiarizados na lida com a mata, dados sobre a interferência indígena na natureza.

Descreveu-se os sertões como espaços desertos, vazios, mas afirmando-se estarem infestado de índios: “O gentio ainda me não sentiu (...) Por certa causa pena ver desertos tão lindos campos, e terras para a planta tão excelentes, como para a criação, sendo um dos meios para reduzir a este gentilismo o fazer aqui povoações”<sup>vi</sup>, relatou-se no diário sobre a expedição ao Tibagi, por volta de 1770. Em realidade, esses relatos expressavam a incoerência entre o visualizado concretamente e o sabido. Era na descrição mirada que a paisagem se mostrava deserta: não se conseguia ver os índios e identificava-se parcialmente os sinais de humanização daquela natureza; não se concebia aquele como um meio passível de se subsistir física e culturalmente, contudo, sabia-se que o índio vivia lá, com seus ranchos e aldeias, que o habitava imemorialmente e que tinha total domínio desse espaço.

A delimitação do sertão, apesar da fluidez de suas fronteiras, não parecia ser nada incerta. Os viajantes sabiam exatamente onde ele começava e onde acabava. Conforme um itinerário datado de 1794: “Aqui acaba o sertão, composto todo o terreno que se tem notado; tendo de extensão entre o rumo N e nornordeste 41 léguas”<sup>vii</sup>. Duas décadas

antes, os comandantes de Afonso Botelho escreveram: “pois desse Rio Caraúna para dentro já é sertão”<sup>viii</sup>. Mas o que não se conhecia eram as suas saídas. Pelo fato de não contar com um sistema de viação facilmente reconhecível pelos europeus, assemelhava-se a um labirinto com uma entrada e uma saída. O desconhecimento desta última ou a demora na sua localização poderia ser fatal ao sertanista, deixando-o a mercê dos “senhores da casa” e da fome. O Tenente Coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza determinou a saída de seus soldados dos Campos de Guarapuava em 1771, após um suposto atentado do grupo indígena com o qual estavam estabelecendo contato. A razão da ordem de retirada foi justamente o fato de os índios, como “senhores da casa” e, portanto, conhecedores de suas entradas e saídas, contarem com essa vantagem estratégica na guerra que se queria fazer: “Tanto que o dito capitão nos informou do caso determinou Sua Senhoria ir sobre eles com uma partida de cavalos, o que se impediu o ele ir para que se não desanimasse aquele pequeno corpo; porém foi uma esquadra, que marchado com a presteza possível ao alcance deles, não chegaram a ver senão o rasto, que atravessando as restingas, se meteram aos capões de mato onde a cavalaria nenhuma partida tem, e muito(s) poucos de pé, pois eles como senhores da casa sabem das entradas e saídas”<sup>ix</sup>.

Quando entravam nas matas, os sertanistas subiam nos terrenos mais altos para avistar sinais de queimadas, fosse para evitar o contato com os índios ou fosse para justamente ir ao seu encontro. As roças indígenas espalhadas em meio a mata vinham a calhar em momentos de fome. Em realidade, não parece ser tanto a falta de agricultura ou roças no sertão que o caracterizava como inculto, mas a organização geral desse espaço, que refletia uma sociedade que não tinha como fundamento o mercado e o trabalho para esse mercado; As roças geralmente visualizado não eram grandes nem variadas, localizavam-se em pequenas clareiras em meio às matas e comunicavam-se por estreitas picadas.

Ainda que as roças, as picadas, as queimadas e os ranchos fossem comuns entre índios e colonos europeus, eles compunham paisagens diversificadas, pois sua organização, seu tamanho, sua localização, seus produtos revelavam sociedades diferentes. Quando entravam no sertão, aqueles que já contavam com uma certa intimidade com ele, os sertanistas, tinham a capacidade de distinguir a origem de alguns desses elementos. Picadas de animais ou de gente, de índios “selvagens”, de “domesticados” ou de “cristãos”; queimada de índio ou de colonos; ranchos e roças de “infiéis” ou de espanhóis; abelheiras tiradas por índios ou por “gente civilizada”: “neste dia acharam-se muitas abelheiras tiradas de alguns tempos, porém pelos cortes de machados não parecia de índios, mas sim de gente civilizada”<sup>x</sup>.

Até o século XX, várias das expedições que percorreram os sertões de São Paulo tinham, entre outros, o fim de reconhecer o espaço, ou seja, conhecer de novo. Como espaço geográfico era desconhecido por muitos, mas não por aqueles que estavam habituados a penetrá-lo, os sertanistas. Já existia um saber informal sobre aqueles terrenos, sobre seus rios, acidentes geográficos, áreas e épocas de maleita, picadas e ruínas. Esse conhecimento, contudo, não estava sistematizado, fazia parte da memória oral. Os relatos das expedições para os sertões do Tibagi encontram-se repletos de informações fornecidas de antemão por um sertanista que o havia cruzado: “me parece que cheguei entre as Missões, pelas informações, que me dão uns camaradas, que já têm andado por lá (...) verificar-se as notícias dos sertanistas antigos, que por tradição deles se dizia ser navegável até o rio da Prata”<sup>xi</sup>. Afonso Botelho de S. Paio e Souza, por exemplo, mandou em 1769 a expedição do Tenente Domingos Lopes Cascais verificar as notícias de sertanistas antigos de que o rio Registro (Iguaçu) era navegável até determinado ponto. O Guarda-Mor Lussosa, que descobriu os Campos de Guarapuava em 1770, procurou um caminho que desse saída aos campos, partindo de notícias “dos antigos”, que diziam ser na serra de Capivarucu<sup>xii</sup>. John Elliot, mapista nas expedições

organizadas pelo Barão de Antonina, comentou que ele e Joaquim Francisco Lopes não conseguiram localizar vestígios de índios quando passaram pela serra do Caraguatá em 1845, ao contrário do que havia acontecido anteriormente com a expedição do senhor Borges<sup>xiii</sup>.

A elaboração de um material mais informativo e de divulgação não restrita a oficiais do governo e a sistematização dos dados com critérios mais científicos só foram vistos no século XIX, com a vinda dos viajantes europeus, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, principalmente ao final desse século, com a organização, entre outros, da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886) e do Museu Paulista (1895), enfim com as instituições científicas e o domínio real daquele território pelo Estado e por cafeicultores, negociantes e grileiros. Porém, agora as representações forjadas atrás da categoria sertão não são mais as mesmas e esses sertões também não são mais os mesmos. É emblemático o relato que os Panará fizeram a Stephan Schwartzman sobre a razão de sua migração do extremo oeste paulista para Goiás no final do século XIX. Seus antepassados fugiram dos brancos que se aproximavam com suas fazendas de café pois eles eram maus<sup>xiv</sup>. O sertão paulista dos séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX foi invadido, dominado e transformado concretamente e abstratamente. deu lugar a um novo espaço e a uma outra representação.

Como já foi apontado, a constituição do sertão numa representação ideológica em princípios do século XX foi possível através da ilusão de que se divisava uma paisagem natural onde índios, animais, plantas, bactérias, vírus, minérios e acidentes geográficos conviviam numa eterna mesmice. Talvez fosse o Éden. Um elemento importante de ser retomado é a crença na existência de uma natureza virgem, destituída de vestígios de um processo de humanização, fundada na idéia de que alguns homens não têm história.

A defesa da proteção do meio-ambiente apoiada numa leitura da realidade que nega ao índio a construção de uma paisagem, condições para o domínio de seu meio ambiente

e das relações que se estabelecem nele que viabilizam ou inviabilizam a sua reprodução, talvez seja uma revitalização do discurso dos intelectuais do início do século XX que negaram aos índios a capacidade de construção de uma paisagem. Hoje reconhecemos seus direitos à terra, mas afirmamos a sua incapacidade de gestão de seus territórios, embora sejam alguns dos poucos espaços que se encontram preservados ambientalmente.

Há um debate sobre a sobreposição de áreas indígenas e áreas naturais. Frente ao que assistimos na leitura da documentação histórica cabe questionar se estamos revitalizando o que aconteceu no início do século XX quando negamos a humanidade do índio em razão de um objetivo que era a apropriação de suas terras. Rejeitamos, da mesma forma que fizemos antes, a proposição de que os índios têm condições intelectuais de gerir suas próprias terras. Produzimos um discurso “científico” sobre a complexidade das relações ecológicas e da sociedade atual. Entretanto, ele serve, ao final, à imposição de uma forma de ocupação e utilização das áreas indígenas, sugerindo ser um direito coletivo da nação, uma entidade imaginária, uma atitude que não temos frente às propriedades privadas, entidades concretas<sup>xv</sup>.

---

<sup>i</sup> Vale citar alguns estudos;

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*. Bauru: Edusc, 2000.

CORRÊA, Dora Shellard. *O sertão paulista: uma fronteira natural?*. Comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História; Fronteiras. ANPUH, Florianópolis, UFSC, julho de 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos. Representação da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: UFMG: 2000.

SENA, Custódia Selma. A categoria sertão: exercício de imaginação antropológica. *Sociedade e Cultura*. Revista Ciências Sociais., Goiás, v. 1, n. 1, jan/jun. 1998, p. 19-28.

As informações que seguem foram retiradas desses estudos.

<sup>ii</sup> Estamos utilizando Representação ideológica no sentido dado por Henry Lefebvre, ou seja, formulada visando o domínio consciente de uma classe sobre outra. *Vide*;

LEFEBVRE, Henry. *La presencia e ausencia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

<sup>iii</sup> Por exemplo:

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros.:a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

VANGELISTA, Chiara. Terra e fronteira no Brasil: culturas, etnias, sociedade. *História Unisinos*, Santa Maria, v. 4, n. 2, p.59-72, 2000.

WAGNER, Robert. *A conquista do Oeste*. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG, 2000.



---

<sup>iv</sup> VANGELISTA, Chiara. Terra e fronteira no Brasil: culturas, etnias, sociedade. História Unisinos, Santa Maria, v. 4, n. 2, p.59-72, 2000.

<sup>v</sup> Vários intelectuais têm feito essa crítica. *Vide*: DIEGUES, Carlos Sant’Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

<sup>vi</sup> Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi, na capitania de São Paulo, no governo do General Don Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, conforme ordens de Sua Majestade. 1768-1774. *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. 76, 1956, p. 125-126.

<sup>vii</sup> Itinerário feito desde os confins septentrionais da capitania do Rio Grande de São Pedro..., *op. cit.*

<sup>viii</sup> Notícia da conquista..., 1956, *op. cit.*, p 239.

<sup>ix</sup> *Idem*, p. 232.

<sup>x</sup> *Idem*, p. 163.

Caberia apontar que não há novidade nessas informações. Sérgio Buarque de Holanda já discutiu esse assunto em *Caminhos e fronteiras*.

<sup>xi</sup> *Idem*, p. 94 e 73.

<sup>xii</sup> *Idem*, p. 133.

<sup>xiii</sup> AYROSA, P. M. da Silva, 1930, p. 250.

A expedição do alferes Antonio Pereira Borges, o “Borges”, a que se refere John Elliot em seu itinerário de viagem, aconteceu em 1842 e foi relatada por João da Silva Machado, o Barão de Antonina, em carta ao ministério da Guerra.

Ofício de 21 de dezembro de 1843 dirigido ao Ministro da Guerra..., *op. cit.*

<sup>xiv</sup> SCHWARTZMAN, Stephan. Panará. A saga dos índio gigantes. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 20, n. 119, p. 26-35, 1996.

<sup>xv</sup> Sobre esse debate a respeito da sobreposição de áreas indígenas e unidades de conservação, *vide*: RICARDO, Fany. (org.). Terras indígenas e unidades de conservação da natureza. O desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.